O PARADOXO DA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: reflexões e inflexões da expansão do modo de produção capitalista no Portal da Amazônia, Belém, Pará

Welson de Sousa Cardoso[1]
Lidiane Maria Siqueira David [2]

RESUMO
O referido trabalho tem por objetivo fazer um debate reflexivo sobre a expansão do modo de produção capitalista no Portal da Amazônia, em Belém, Pará, à vista do paradoxo da apropriação do espaço urbano de duas realidades, a das famílias em auxílio aluguel, e do empreendimento Atacadão. A metodologia parte da fundamentação do método Materialismo Histórico e Dialético, de Marx e Engels. Somando-se a metodologia se faz presente levantamentos bibliográficos, reportagens, entrevistas, e artigos de revistas. No cerne do debate reflexivo conclui-se que, o paradoxo do modo de produção capitalista, se engendra e configura nos processos contraditórios das diferenças nas estratégias de apropriação do espaço urbano na Orla de Belém, assim, se materializa a injustiça social no cerne do direito à cidade, em Belém, Pará, no contexto das relações sociais capitalista dos grandes projetos urbanos.
Palavras-chave: Expansão capitalista; Apropriação do espaço urbano; Portal da Amazônia.

ABSTRACT
This work aims to conduct a reflective debate on the expansion of the capitalist mode of production at the Portal da Amazônia, in Belém, Pará, in view of the paradox of the appropriation of urban space by two realities, that of families on rent assistance, and of the Atacadão enterprise. The methodology is based on the foundation of the Historical and Dialectical Materialism method, by Marx and Engels. Adding to the methodology, bibliographic surveys, reports, interviews, and magazine articles are present. At the heart of the reflexive debate it is concluded that the paradox of the capitalist mode of production is engendered and configured in the contradictory processes of the differences in the strategies of appropriation of the urban space in Orla de Belém, thus materializing social injustice at the heart of the law to the city, in Belém, Pará, in the context of capitalist social relations of large urban projects.
Keywords: Capitalist expansion; Appropriation of urban space; Amazon Portal.

[1] Universidade Federal do Pará. Estatístico. Doutor em Ciências Socioambientais. Docente Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: cardoso@ufpa.br.
[2] Universidade Federal do Pará. Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). E-mail: lididvd@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

"No atual estágio de acumulação do capital predomina a lógica de atendimento dos interesses do mercado financeiro, mantendo a coerência imposta desde sua gênese, de não priorizar as necessidades sociais", Sá *et al.* (2014, p. 360). Nessa direção, o paradigma do desenvolvimento está "centrado no crescimento econômico, que, ao negar o acesso aos bens socialmente produzidos, não gera oportunidades de trabalho e distribuição de renda" (SÁ *et al.* p. 360).

No cerne desta discussão que, o referido trabalho tem por objetivo fazer um debate reflexivo sobre a expansão do modo de produção capitalista no Portal da Amazônia, em Belém, Pará, à vista do paradoxo da apropriação do espaço urbano de duas realidades, a das famílias em auxílio aluguel, e do empreendimento Atacadão. Sabe-se que, essa lógica de desenvolvimento reverbera do modelo de planejamento inserido na particularidade da cidade de Belém, a qual advém da implementação de Grandes Projetos Urbanísticos, que moldam o espaço urbano e a gestão da cidade.

Dentro deste contexto, segundo Cardoso (2017) os grandes projetos de renovação urbanística têm como mote a solução de problemas de infraestrutura urbana localizadas em áreas precárias onde vivem grandes parcelas das populações empobrecidas. Contudo, têm na realidade o objetiva final transformar esses espaços reconfigurados em lugares propícios à expansão do capital por meio de instalação de grandes empreendimentos comerciais ou turísticos, mas em grande medida, apropriação pelo mercado imobiliário, que por dentro destes projetos ou paralelos a estes, se instala um sistema de financiamento habitacional que não se constitui como um sistema de promoção de direitos sociais. Deste modo, os sistemas de crédito capitaneados pelo mercado, em certa medida, apresentam uma dependência do Estado para estimular a acumulação de capital e contribuem para apropriação privada da riqueza e da renda pelos agentes econômicos desses sistemas.

A metodologia do trabalho advém da fundamentação metodológica do método Materialismo Histórico e Dialético, de Marx e Engels, que possibilita desenvolver o pensamento reflexivo crítico, com a perspectiva de interpretar na realidade social e suas contradições na sociedade capitalista. Pode-se inferir que, o método da teoria

social crítica parte da realidade contraditória aparente cotidiana, e adentra nas particularidades sócio-históricas da sociedade capitalista. Somando-se a metodologia, se faz presente levantamentos bibliográficos, reportagens, entrevistas, e artigos de revistas.

Delineia-se o trabalho da seguinte forma: introdução, descrita acima; desenvolvimento, com os tópicos “A reverberação do paradoxo da apropriação do espaço urbano”, “Particularidades do Portal da Amazônia: a realidade contraditória do Portal na bacia hidrográfica da Estrada Nova” e “A expansão do modo de produção capitalista no Portal da Amazônia: o paradoxo entre o caso das famílias em auxílio aluguel e o empreendimento Atacadão”; e por fim, a Conclusão.

2 A REVERBERAÇÃO DO PARADOXO DA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A apropriação do espaço urbano se expressa da expansão do paradoxo do modo de produção capitalista, mediado pelo Estado e suas instituições representativas. Nesse viés, se agudiza o processo de mercantilização e privatização da terra com expulsões violentas dos sujeitos que ali vivem. Desse modo, considera-se que:

> “à mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a pressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [...]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetarização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2005, p. 121).

Pode-se inferir a partir da assertiva apresentada, acima, a explicitação da categoria “acumulação por espoliação”, situada por Harvey (2005), que, associada à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista. Nesse parâmetro, cabe destacar que:

> O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papal crucial no apoio e na promoção desses processos [...] a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender [...] do

> agir do Estado [...] e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas (HARVEY, 2005, p. 121).

Podemos reiterar na discussão que, a lógica de desenvolvimento herdado pela América Latina é explicitada por meio de uma lógica de desenvolvimento dependente, em que os estados nacionais latino-americanos naturalizam os processos de desenvolvimento à lógica do sistema capitalista de perspectiva espoliativa, assim, o Capital se apropria para acumular lucro, da forma mais degradante, agindo articulado com Estado (HARVEY, 2005).

No cerne desta discussão, configura-se o processo de renovação urbana – também conhecida com outras nomenclaturas: revitalização, requalificação, reabilitação, inovação ou transformação -, "está-se falando de uma tendência que se observa com maior frequência a partir da década de 1990, seja nos países centrais, ou nos países em desenvolvimento", Diniz (2013, p. 221). Reitera a autora que,

> trata-se de um processo generalizado de intervenções físicas urbanas e deslocamento de pessoas, famílias e grupos sociais, como resultado de interesses radicados no mundo do capital. São intervenções que procuram responder as exigências de reordenamento dos espaços nas cidades, objetivando a valorização patrimonial e a potencialização econômica das áreas (DINIZ, 2013, p. 221).

Lima (2011) considera que a atuação simultânea de alguns agentes envolvidos na dinâmica de ocupação do solo urbano, sendo o Poder Público, os empreendedores e os proprietários, tem papel decisivo, na estruturação da cidade e, consequentemente no preço do solo urbano. A autora reitera que,

> o Poder Público atua na execução das obras estruturantes (infraestrutura sanitária e sistema viário) e no controle do potencial construtivo através da legislação urbanística, o capital imobiliário, por sua vez, se apropria desses investimentos – que são públicos – buscando antecipar as oportunidades de maior valorização e, portanto, obtendo o máximo de lucro sobre a terra urbana. Desta forma, há uma majoração de preços e uma consequentemente hierarquização do espaço urbano, o que gera oportunidades desiguais na sua apropriação (LIMA, 2011, p. 225).

Santana (2013, p. 248) considera que, "o crescente processo de urbanização ocorrido em nível mundial acompanha a disputa desigual pelo uso e apropriação do espaço urbano e expressa a divisão social e territorial do trabalho". Para a autora,

parte do território é destinada ao processo produtivo, enquanto o espaço de outras instâncias de produção, distribuição e consumo se ampliam.

> A economia e o território necessitam de investimentos financeiros, empréstimos, entre outros, tendo como consequência à dependência do sistema financeiro, que ganha força em todas as fases do processo produtivo em sentido amplo. Em favor das grandes empresas privadas, parte do território brasileiro é adequado técnica e politicamente em vista da produtividade e lucro maiores (SANTANA, 2013, p. 249).

A mundialização do capital, cujos efeitos se ampliaram na atualidade e foram subsequentes ao fortalecimento do mercado de capitais, e a criação de um sistema financeiro globalizado de produção do espaço construído, resultando em um processo de financeirização da cidade, com clara tendência de uma futura consolidação de financeirização da habitação. Esta última, portanto, com destaque especial, pois, ao ser promovida ao status de mercadoria é forçada a submeter-se às regras impostas pelos interesses do capital imobiliário, principalmente, no âmbito das metrópoles (CARDOSO, 2017).

Para Campos (2011, p. 66), “a valorização dos capitais no setor imobiliário ‘esbarra’ no fato de que o valor de troca da mercadoria é inacessível a uma enorme parcela da população brasileira”. Nesse viés, ressalta que, integra-se a ação do Estado, através dos investimentos em infraestruturas e meios de consumo coletivo no espaço urbano, e, consequentemente, constituem-se fator determinante do preço da terra e, sucessivo, da moradia. Desse modo, reitera que, em grande parte das cidades brasileiras é notório a oposição entre áreas ricas e áreas pobres, que reflete a complexidade da produção do espaço urbano e das relações sociais (CAMPOS, 2001).

> a lógica da concentração espacial de empreendimentos imobiliários em zonas que asseguram os sobre lucros de localização às empresas (capitalistas) conduz à dinâmica segregatória da ocupação do espaço urbano [...] os investimentos estatais visam à manutenção da engrenagem econômica e a produção do espaço metropolitano é delineada sobretudo pela articulação entre a atuação do Estado e do mercado imobiliário”. Esses processos estão imbricados no conceito de espoliação urbana o qual é importante para compreender a dimensão do processo de segregação socioespacial como também a articulação entre a atuação do Estado e o mercado imobiliário na produção do espaço urbano no Brasil contemporâneo (CAMPOS, 2011, p. 66 e 67).

Cardoso (2017) reitera que, a segregação socioespacial e seus efeitos na vida da população trabalhadora são explicados a partir do estudo das relações de produção e da estrutura das classes sociais. Logo, é um fenômeno que resulta das relações sociais capitalistas, que produzem desigualdades no acesso aos meios de produção, circulação e troca de riqueza social e no acesso aos equipamentos e serviços coletivos.

> a segregação socioespacial se configura a partir da distribuição seletiva e hierarquizada de diferentes grupos sociais inseridos na estrutura urbana. As relações sociais capitalistas separam e diferenciam estes grupos no acesso aos equipamentos e serviços coletivos, reservando às zonas bem mais equipadas as categorias sociais de renda média e elevada, deixando à classe operária e às camadas populares o acesso à moradia em áreas precárias, como morros, favelas, alagados, periferias, subúrbios sem infraestrutura básica e serviços coletivos, qualitativa e quantitativamente, insuficientes. Com isso, fica explicito pensar a segregação socioespacial como fenômeno urbano atual, presente nas metrópoles brasileiras (CARDOSO, 2017, p. 114).

Segundo Barbosa (2013), a regularização fundiária de ocupações populares na cidade e no campo sempre provoca acesos debates e disputas políticas, marcantemente em função do regime jurídico-político-cultural da propriedade privada como regulador do acesso aos imóveis rurais e urbanos em nosso país. Ressalta o autor que, essa homogenia imposta pela determinação da propriedade privada significa uma condição da reprodução das leis de mercado no que concerne à apropriação e uso do espaço socialmente construído (BARBOSA, 2013).

Icasuriaga (2013) considera que, o espaço urbano reflete as iniquidades de sua própria produção e, apesar de o direito à moradia constar como direito humano fundamental protegido pela Constituição, ter previsão formal expressa em vários instrumentos político-jurídicos de efetivação, o exercício efetivo desse direito exige a construção de instâncias de organização e luta, de forma coletiva e autogestionada para viabilizar de fato o acesso a espaços de habitação servidos pelo conjunto de bens e serviços socialmente produzidos na cidade.

2.1 Particularidades do Portal da Amazônia: a realidade contraditória do Portal na bacia hidrográfica da Estrada Nova

As primeiras aglomerações urbanas em Belém se desenvolveram a margem do Rio Guamá onde se encontra a Baía do Guajará, e que começa o processo de conquista do território amazônico. Os bairros possuem contrastes de casas antigas, com e sem conservação em meio a prédios modernos e sofisticados. Nesse entremeio se apresentam casas populares com construções em cima de alagados que são conhecidas como palafitas, essas são moradias construídas sobre estacas de madeira muito utilizada nas margens dos rios ou em áreas alagadiças.

Estas moradias ficam localizadas em áreas de baixada, e que possui esse significado devido suas formas naturais integrantes do sítio da cidade, que tem se incorporado ao tecido urbano a partir das necessidades requeridas no decorrer do processo de produção do espaço urbano belenense (TRINDADE JR, 1993). Desse modo, considera-se que “as áreas de baixada existentes em Belém são áreas inundadas ou sujeitas a inundações decorrentes dos efeitos das marés” (TRINDADE JR, 1993, p. 33). Para o autor, as características topográficas contribuem para caracterização das áreas de baixadas que em seu conteúdo social vai define o espaço geográfico de Belém no processo de produção desse espaço, e reconhecer a diversificação e complexidade do uso do solo e da apropriação do solo belenense.

O processo de transformação histórico-social da urbanização amazônica remete-se a fins de 1970 até o início da década de 1990, o que correspondente à "instalação de grandes projetos econômicos na Amazônia [...] marcado por intensa expulsão dos trabalhadores das áreas rurais da Amazônia, inchaço populacional das cidades” (CRUZ, 2012, p. 67). Posteriormente, em 1990 a 2000, ampliam-se os projetos Econômicos na Amazônia, com a edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), infraestrutura urbana e social, e outros processos. Esses evidenciam a Amazônia, e a cidade, como lugar de gestão de serviços com investimento de grandes projetos urbanos. Tudo isso com aporte financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) nas grandes capitais como no caso de Belém (CRUZ, 2012).

Dentro destes processos contraditórios, perpassam as relações político, econômica e social da cidade de Belém, e que se agudizam devido à inserção da lógica de Grandes Projetos de Intervenção Urbanística imposta pelo estado capitalista

que visa produzir melhorias de habitabilidade a partir de políticas de saneamento e habitação (CRUZ; MARINHO, 2015).

Atualmente, as demandas dos movimentos populares vêm de áreas de grandes projetos urbanos que historicamente tiveram sua fisionomia reconfigurada por projetos de intervenção urbanística como o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, o Projeto Orla e o Projeto Saneamento Integrado da Bacia do Tucunduba (CRUZ, 2012). Neste contexto, aponta-se que essa lógica de apropriação do capital tem se instalado na cidade de Belém por meio de programas de infraestrutura urbana voltada para preparar a logística de suas cidades, criando condições para circulação da produção extraída e tornando mais atrativa para novos serviços (CRUZ; MARINHO, 2015).

Considera-se que, os segmentos populares surgem como forma de resistência às distintas problemáticas urbanas, como alagamentos constantes, a falta de saneamento, os remanejamentos de famílias das áreas, em que os projetos de infraestrutura urbana são implementados pelo Estado. Esse tem a lógica de desenvolvimento urbano via programas e projetos de intervenção urbanística (DIAS; SANTOS, 2017).

Neste cerne, se apresenta a Associação dos Moradores do Projeto Portal da Amazônia (AMPPA) que surgiu em decorrência do Projeto Orla [...] Projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), que segundo Cruz; Marinho (2015), a Bacia Hidrográfica da Estrada Nova sofre intervenção urbanística na década de 2000, especificamente em 2009 até os tempos atuais, e se caracteriza pelo Projeto Portal da Amazônia, que é conhecido como PROMABEN, que é um grande projeto de intervenção urbanística realizado na Orla do Rio Guamá que reúne ações de saneamento das áreas ocupadas por moradias às margens dos cursos d'água que compõe a Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, e ainda pela urbanização da Orla.

A denúncia do segmento popular, AMPPA, gira em torno das unidades habitacionais planejadas para assentar as famílias remanejadas, as quais ainda estão aguardando fazendo pressão por meio de audiências públicas e reuniões com os moradores prejudicados e com os responsáveis pela obra (CRUZ; SANTOS, 2017). Diante desta questão, o processo de intervenção urbanística intervém por meio do

estado e materializa essas inúmeras questões que geram tensões e conflitos constantes nas áreas. Contudo considera-se que, “o direito à cidade repousa sobre a capacidade de forçar a abertura de modo que o caldeirão da vida urbana possa se tornar o lugar [...] de onde novas concepções da vida urbana podem ser pensadas”, Harvey (2013, p. 34). Nessa direção, as formas de concepções de direitos são construídas pelo movimento político, não sendo o direito à cidade um presente.

2.1.1 A expansão do modo de produção capitalista no Portal da Amazônia: o paradoxo entre o caso das famílias em auxílio aluguel e o empreendimento Atacadão

Em tempos de capitalismo financeirizado a extração da renda sobrepõe-se ao mais-valor do capital produtivo, terras urbanas e rurais se tornaram ativos altamente disputados, ou seja, no contexto globalizado a terra urbanizada não está disponível para os grupos mais pobres (ROLNIK, 2015). A assertiva se materializa no paradoxo de duas realidades dialéticas, as famílias em auxílio aluguel e a empresa Atacadão. Estes processos estão imbricados, e configura o dimensionamento da apropriação do capital no espaço urbano da Orla no Portal da Amazônia, em Belém, Pará.

No que tange, a realidade das famílias que estão em auxílio aluguel, sendo as famílias desalojadas pelo Projeto Portal da Amazônia, das 360 famílias impactadas, apenas 16, que compreende 4,4% do total, estão assentadas em definitivo, em edifício de dois blocos construídos próximo à orla. Essa questão se remete da configuração que se desenvolveu dentro do cenário do Projeto Portal da Amazônia, conforme ressaltado pelo Ministério Público Federal do Pará, em 2017.

> CONSIDERANDO o Projeto Portal da Amazônia, contrato nº 222.629-71, mediante o Programa Projetos Prioritários de Intervenção em Favelas (PPI), financiado por recursos do PAC, tem por fim, em síntese, a promoção de obras de infraestrutura na Orla da Estrada Nova, incluindo a retirada das palafitas e demais construções irregulares do local, bem como a construção de unidades habitacionais (MPF/PA, 2017).

Considerado que, a vulnerabilidade das famílias afetadas pelo Projeto Portal da Amazônia advém da desocupação da área desde 2008 com perspectivas de melhorias na sua qualidade de vida e moradia. Entretanto, os imóveis não foram todos construídos e tais famílias estão privadas do sentimento de pertencimento social,

arcando com todos os custos de sua moradia, percebendo a irrisória quantia de R$ 500,00 (quinhentos reais) a título de aluguel social (MPF/PA, 2017).

Segundo o presidente da Associação de Moradores do Projeto Portal da Amazônia (AMPPA), em 2008 as famílias foram remanejadas com a promessa de que, dois anos depois, o projeto habitacional estaria concluído e eles teriam suas casas (O LIBERAL, 2019). No entanto, para a execução do empreendimento, a prefeitura de Belém fez o remanejamento de 2.300 famílias que moravam em áreas de extrema pobreza, comprometendo-se em construir um conjunto habitacional para devolver moradia digna aos moradores que foram atingidos pelo projeto (ALEPA, 2019).

Sabe-se que são distintas implicações que configuram essa expressão social urbana vivenciada pelos moradores da bacia hidrográfica da estrada nova, em particular, que se configura, apenas, uma parcela dessa região delimitada pelo empreendimento que é restrito ao projeto orla. Nesse empreendimento “as obras avançaram e criaram a nova orla de Belém, mas os moradores continuam sem receber os imóveis e vivendo de aluguel” (OLIBERAL, 2019).

O governo Duciomar Costa[3] entregou 16 unidades em 2012, e o governo do prefeito Zenaldo Coutinho[4], não conseguiu entregar nenhuma (OLIBERAL, 2019). Segundo Soares e Cruz (2019), a população removida de suas casas para a realização das obras e com a promessa da prefeitura municipal de que em dois anos todos já teriam recebido unidades habitacionais no projeto de moradia popular a serem construídos na própria orla. Ao invés disto, permaneceram recebendo um auxílio-moradia que não é suficiente para satisfazer suas necessidades mais básicas, começando pela própria moradia digna.

Em contraponto a essa questão se configura o caso do Atacadão, empreendimento que se estabeleceu com possíveis irregularidades na execução da obra. Em um período de um ano e meio articulam-se Ministério Público, Prefeitura de Belém e o grupo Atacadão para retomada das obras do empreendimento, o grupo

[3] Duciomar Gomes da Costa ex-prefeito de Belém teve seu mandato no período de 2005 a 2008, e reeleito, com mandato de 2009 a 2012, pelo Partido Social Democrático (PSD).
[4] Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior ex-prefeito de Belém, seu mandato discorre do período de 2013 a 2016, sendo reeleito, cumpriu o mandato de 2009 a 2020, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

atua há anos na capital paraense, sendo que em um ano e meio está com as obras paradas no Portal da Amazônia, e seus investimentos está em cerca de R$ 80 milhões (REDE PARÁ, 2020). Desse modo, a reunião realizada entre Ministério Público, Prefeitura de Belém e o grupo Atacadão visava promover ajuste no processo que constitui o embargo com viés de retomada do empreendimento.

> Essa reunião serviu para ajustarmos o processo da obra do empreendimento do Atacadão e promover esse entendimento, fazendo ajustes no processo construtivo embargado. A Prefeitura de Belém se dispõe ao diálogo, que envolve necessariamente Ministério Público Estadual (MPE) para que, conjuntamente, possamos encontrar uma solução que contemple os interesses da cidade, as questões urbanísticas da legislação municipal e também o interesse da geração de emprego e renda, tão importante dentro de nossa cidade", esclareceu Zenaldo Coutinho ao final da reunião (REDE PARÁ, 2020).

O processo de funcionamento do empreendimento já passou por um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), por meio do Ministério Público, fazendo com que a questão fosse judicializada, porém o acordo não foi homologado pelo judiciário, prosseguindo a discussão na justiça. Assim, de acordo com o gestor municipal, a prefeitura vai manter o diálogo com o grupo e seguir a determinação da justiça, sempre em respeito ao direito e à proteção ao meio ambiente e o patrimônio histórico da cidade. "Belém agradece todos os empreendimentos que se instalam e produzem emprego, mas não podemos desrespeitar a lei. A justiça decidirá e nós respeitaremos a decisão", concluiu o prefeito Edmilson Rodrigues[5] (REDE PARÁ, 2021).

> A obra está finalizada, mas o empreendimento não está autorizado a iniciar as atividades por causa de erros na edificação, que contrariam a legislação urbanística municipal. "Como prefeito tenho que obedecer às leis e o estatuto da cidade. Fiz questão de dizer que houve erro na gestão passada ao autorizar uma obra de 9,5 metros, quando a lei permite no máximo sete metros de altura. Os servidores que aprovaram na gestão anterior erraram", disse o prefeito Edmilson Rodrigues (REDE PARÁ, 2021).

Em face destas duas realidades contraditórias deságua o paradoxo da apropriação do espaço urbano que explicita o processo de injustiça social[6] no seio das

[5] Prefeito eleito no último pleito em novembro de 2020, para o período de 2021 a 2024.
[6] Este aspecto possui definição múltipla, mas para essa análise considera-se a expansão do modo de produção capitalista em suas múltiplas dimensões, à saber: segregação socioespacial, desapropriações, remoções, despejos, entre outras.

relações sociais no Portal da Amazônia, pois as famílias atingidas pelo Projeto Portal da Amazônia está há mais de 12 anos lutando pelo direito à moradia digna, enquanto que o empreendimento Atacadão está a menos de dois anos para sua retomada e finalização. Portanto, no entremeio dessas inflexões perpassam a expansão do modo de produção capitalista no Portal da Amazônia, explicitada pelo paradoxo entre o caso das famílias em auxílio aluguel e o empreendimento Atacadão. Os quais revelam a realidade contraditória nas estratégias de apropriação do uso do espaço urbano da Orla de Belém, que explicitam o processo de injustiça social no seio das relações sociais capitalista dos grandes projetos urbanos.

3 CONCLUSÃO

A reprodução social é explorada pelo capital associada ao Estado e suas instituições representativas, pois o capital é constituído pelos detentores dos meios de produção. Essa determinação se explicita na relação advinda do processo de especulação financeira, o qual se sustenta desse rol de exploração, acumulação por espoliação. Neste parâmetro, os direitos sociais se configuram por meio de pressão do caos que se instaura, pois os sujeitos sociais reivindicam o espaço que lhes foram retirados. Contudo, destaca-se que, o modelo de “governança das bacias hidrográficas” travado nos aglomerados subnormais, situando, assim, a urbanização das baixadas de Belém, é definida dentro de um sistema político, econômico, social e administrativo voltado para influenciar, de forma direta ou indireta, o desenvolvimento e gestão de projetos urbanísticos em Belém.

Pode-se inferir desse contexto que, o sistema de governança urbana estabelecida para implantar os projetos de intervenções urbanísticas, na bacia da Estrada Nova, com o Portal da Amazônia, se resulta da morosidade da efetivação da política social, direito à moradia, e se materializa com os intensos processos que se arrastam à décadas, pois essa realidade se manifesta pelo movimento de luta da Associação dos Moradores do Projeto Portal da Amazônia que estão há mais de 12 anos lutando pelo direito à moradia digna. Em contra partida se expressa à materialização do empreendimento Atacadão que há menos de dois anos se firma na

área configurando assim o processo de apropriação do espaço urbano na Orla de Belém com maior celeridade para o atendimento do capital.

Em face de essas duas realidades contraditórias deságua o paradoxo da apropriação do espaço urbano que explicita o processo de injustiça social no seio das relações sociais no Portal da Amazônia. Logo, a injustiça social vivenciada pelos moradores da bacia da Estrada Nova, onde está situando o Projeto Portal da Amazônia, expressa a não obtenção do direito "assegurado" por Legislações Urbanísticas, apresentadas por meio de projetos de macrodrenagem. Mas favorecem empreendimentos representantes do capital, como o caso do Atacadão, a se firmarem e expandirem na área, com viés de revitalização.

Essa contradição, portanto, explicita o paradoxo do modo de produção capitalista, que se engendra e configura dos processos contraditórios, que dimensionam e permeiam as diferenças abissais nas as estratégias de apropriação do espaço urbano na Orla de Belém, à vista das realidades das famílias em auxílio aluguel e do empreendimento Atacadão, assim, se materializa a injustiça social no cerne do direito à cidade, em Belém, Pará, no contexto das relações sociais capitalista dos grandes projetos urbanos.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ (2019). **Sessão Especial ouve reivindicações de moradores do Portal da Amazônia**. Disponível em: https://www.alepa.pa.gov.br/noticia/2518/. Acesso em: julho de 2020.

BARBOSA, Jorge Luiz. Habitação Popular, Território e Regularização Fundiária na Cidade do Rio de Janeiro. In: (Orgs.). GOMES, M. de F. C. Marques; MAIA, Rosemere Santos; CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; FRANÇA, Bruno Alves de. **Renovação Urbana, Mercantilização da Cidade e Desigualdades socioespaciais**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013, p. 73-84.

CAMPOS, Paola Rogedo. O preço da terra urbana e a moradia de baixo custo. In: (Orgs.). MENDOÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloisa Soares de. **Estado e Capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011, p. 63-80.

CARDOSO, Welson Sousa. **Mercado imobiliário e verticalização de empreendimentos residenciais na produção da segregação socioespacial em**

Belém. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará Belém, 2017.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Grandes Projetos Urbanos, Segregação Social e condições de moradia em Belém e Manaus**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará Belém, 2012.

CRUZ; Sandra Helena Ribeiro; MARINHO, Taynáh de Nazaré Argolo. **Vida Urbana e Participação no Contexto do PROMABEN, em Belém**. Projeto de Pesquisa Universidade Federal do Pará (UFPA), 2015.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; SANTOS, Gizele Cristina Carvalho dos. **Atualização da Leitura Acadêmica acerca de Movimentos Sociais Urbanos em áreas de Grandes Projetos Urbanos em Belém**. Relatório de Atividades de Bolsistas de Extensão. Universidade Federal do Pará (UFPA), 2017.

DIAS, Maurício Leal; SANTOS, Gizele Cristina Carvalho dos. **Lutas Sociais pelo Direito à Cidade em Belém**. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP). Artigo Publicado nos anais do VIII JOINPP, Maranhão, 2017.

DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi. Renovação Urbana e Desigualdades Socioespaciais: contribuição para o debate. In: (Orgs.). GOMES, M. de F. C. Marques; MAIA, Rosemere Santos; CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; FRANÇA, Bruno Alves de. **Renovação Urbana, Mercantilização da Cidade e Desigualdades socioespaciais**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013, p. 221-234.

HARVEY, D. **A acumulação via espoliação**. In: O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005, p. 115–133.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade**. In: (Orgs.). Ermínia Maricato et al. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 27-34.

ICASURIAGA, Gabriela Lema. O Cotidiano e suas Barreiras. In: (Orgs.). GOMES, M. de F. C. Marques; MAIA, Rosemere Santos; CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; FRANÇA, Bruno Alves de. **Renovação Urbana, Mercantilização da Cidade e Desigualdades socioespaciai**s. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013, p. 103-116.

LIMA, Júnia Maria Ferrari de. **Bairro Concórdia em Belo Horizonte: uma discussão sobre o papel do Estado na dinâmica imobiliária**. In: (Orgs.). MENDOÇA, Jupira Gomes de; COSTA, Heloisa Soares de. Estado e Capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2011, p. 255-274.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. (2018). Procuradoria da República no Estado do Pará. **Edital Recomendação PR/PA, n° 36/2017**.

O LIBERAL (2019). **Moradores Fazem ato por obras no Portal da Amazônia**. Disponível em: https://www.oliberal.com/belem/moradores-fazem-ato-por-obras-no-portal-da-amazonia-1.218833. Acesso em: 07 de julho. 2020.

REDE PARÁ. **Prefeitura se reúne com grupo Atacadão e trata do embargo de empreendimento**. Disponível em: https://redepara.com.br/Noticia/209571/prefeitura-se-reune-com-grupo-atacadao-e-trata-do-embargo-de-empreendimento. Acesso em: março de 2021.

REDE PARÁ. **Prefeitura de Belém se reúne com rede de atacado para tratar de empreendimento no bairro do arsenal**. Disponível em: https://redepara.com.br/Noticia/220662/prefeito-de-belem-se-reune-com-rede-de-atacado-para-tratar-de-empreendimento-no-bairro-do-arsenal. Acesso em: julho de 2021.

ROLNIK, Raquel. **A Guerra Dos Lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SÁ, Maria Elvira Rocha de; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; CARDOSO, Welson de Sousa. Desenvolvimento e desigualdade na Amazônia contemporânea. In: (Orgs.). CASTRO, Edna; FIGUEIREDO, Sílvio Lima. **Sociedade, Campo Social e Espaço Público**. Belém, NAEA, 2014. Pag. 360-373.

SOARES, Pedro Paulo de Miranda Araújo; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2. In: (Orgs.). LOMBARDI, Anna Paula. **O DIREITO À CIDADE NO PROJETO ORLA**. Ponta Grossa (PR): Ed. Atena, v. 2, 2019, pp. 24-36.

SANTANA, Joana Valente. Gestão de Cidades, Infraestrutura e Discurso de Diminuição da Pobreza do BID: notas sobre o Brasil e Argentina. In: (Orgs.). GOMES, M. de F. C. Marques; MAIA, Rosemere Santos; CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; FRANÇA, Bruno Alves de. **Renovação Urbana, Mercantilização da Cidade e Desigualdades socioespaciai**s. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013, p. 247-266.

TRINDADE JR, Saint-Clair. **Produção do espaço e diversidade do uso do solo em áreas de baixadas saneada- Belém (PA)**. Dissertação de Mestrado - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 1993.